

PRESSUPOSTOS PARA UMA CRÍTICA DO CONCEITO DE IDENTIDADE NACIONAL – GLOBALIZAÇÃO, REVISIONISMO HISTÓRICO E OUTRAS PAISAGENS DE IDENTIFICAÇÃO. TRÊS DIMENSÕES DE UMA CRISE CONTEMPORÂNEA

ASSUMPTIONS FOR A CRITIQUE OF THE CONCEPT OF NATIONAL IDENTITY – GLOBALIZATION, HISTORICAL REVISIONISM AND OTHER IDENTIFYING LANDSCAPES. THREE DIMENSIONS OF A CONTEMPORARY CRISIS

Wanderson Barbosa dos Santos¹

RESUMO

O objetivo deste ensaio é examinar as remodelagens do conceito de nação a partir da produção teórica a respeito da globalização, da historiografia das nações e dos estudos culturais. Nessa perspectiva, investigaremos a questão da crise das identidades nacionais a partir dessas três hipóteses de trabalho. A primeira, que a globalização que avançou no cenário da década de 1990 impõe um princípio para a crise do Estado-Nacional, na medida em que tensiona os conceitos tradicionais no qual a nação está ancorada, a saber, as noções de espaço e tempo. Em segundo lugar, argumentaremos que o campo de estudo da historiografia das nações, de forma sintomática, traduz a crise da identidade nacional através do questionamento e revisionismo de suas narrativas comuns, ou seja, a partir da desconstrução da imagem da nação produz visões alternativas e representativas. A terceira dimensão, os estudos culturais e as outras possibilidades de identificação contribuem para a compreensão de outras paisagens culturais de representatividade identitária.

PALAVRAS-CHAVE: Identidade nacional. Globalização. Revisionismo. Estudos Culturais.

ABSTRACT

The purpose of this essay is to examine the modeling of the concept of nation from theoretical production regarding globalization, the historiography of nations and cultural studies. In this perspective, we will investigate the issue of the crisis of national identities based on these three working hypotheses. The first, that the globalization that advanced in the scenario on the 1990s imposes a principle for the crisis of the National State, insofar

¹ Doutorando em sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília – UnB, pela linha de pesquisa Teoria e pensamento social. E-mail: wanderson_santos@outlook.com.

as it tensions the traditional concepts in which the nation is anchored, namely, the notions of space and time. Second, we will argue that the field of study of the historiography of nations, in a symptomatic way, translates the crisis of national identity through the questioning and revisionism of their common narratives, that is, from the deconstruction of the image of the nation it produces alternative and representative views. The third dimension, cultural studies and other identification possibilities contribute to the understanding of other cultural landscapes of identity representation.

KEYWORDS: National Identity. Globalization. Revisionism. Cultural Studies.

INTRODUÇÃO: GLOBALIZAÇÃO E AS METAMORFOSES DO ESTADO-NAÇÃO

O objetivo deste ensaio é revisitar a produção teórica a respeito da globalização, da historiografia e dos estudos culturais, provenientes do panorama do decênio de 1990, para examinar os contornos da reflexão a respeito das identidades nacionais. Nesse sentido, por um lado, as discussões sobre novos fluxos financeiros e culturais oriundos da globalização² e, por outro, o papel da teoria social para o desvelamento de outras identidades contemporâneas, compõem um cenário histórico-social em que imperam a multiplicidade de vozes e atores num contexto de outra razão de mundo. Sendo um ensaio de cunho teórico, procura-se mobilizar a dupla tensão oriunda, primeiramente, do diagnóstico enfático sobre a globalização e o surgimento de organismos transnacionais e de interconexão cultural, em segundo lugar, o realce ao papel do tema das identidades e sua reivindicação por pluralidade e reconhecimento de “sujeitos descentrados” e sua conexão com a ideia de crise das identidades nacionais. Como indicaremos adiante, a crise das velhas identidades aduz para o redesenho da ideia de nação em seu sentido tradicional.

No horizonte desenhado pela teoria social no contexto posterior à década de 1990 foi assinalada a crise do que podemos chamar, acompanhando Stuart Hall (2019), de crise

² Como sublinha Boaventura de Sousa Santos (2002), a globalização é um processo multifacetado de transformação da economia, do Estado e da forma de organização dos valores com características desiguais entre os diferentes países. No interior do processo de globalização, portanto, desenvolvem-se produtos sociais distintos das condições hegemônicas da globalização liberal. Utilizaremos a ideia de globalização no sentido da aceleração da interconexão entre economias e informações. Como sugere Castells (2008) o novo mundo que emerge das interrelações da sociedade em rede e que alimenta reações identitárias religiosas, territoriais e nacionalistas. A última nos interessa particularmente, na medida em que, é dela que tomamos o mote para refletir sobre os aspectos da crise da identidade nacional.

das velhas identidades. Do ponto de vista dos teóricos da globalização, a emergência de um mundo “sem fronteiras”, a dissolução da União Soviética em 1989 e o poder da interconexão comunicacional, teriam como consequência, no curto prazo, um processo efetivo de dissolução dos poderes de unificação do Estado-nação, conseqüentemente, as próprias identidades nas quais esses países foram erigidos seriam cada vez mais questionadas, visto que o sujeito pós-moderno global passa a compartilhar identificações culturais desvinculadas de uma concepção estática.

Boaventura de Sousa Santos (2002) sublinha que os processos que compõem a globalização devem ser vistos em sua dimensão múltipla. As transformações da economia global e o avanço das redes de comunicação em escala mundial promovem outras desigualdades e formas diferenciadas de inserção entre os diferentes países. Para o autor, as desigualdades do mundo globalizado acentuam as contradições dos problemas do mundo capitalista. Antes de se afirmar como processo homogêneo, a globalização produz reações locais contra a investida da globalização hegemônica. Nesse sentido, o próprio processo induz ao fortalecimento de movimentos de resistência no seu interior.

Castells (2018), em *O poder da identidade*, sublinha como na sociedade de rede desenvolve-se numa tendência conflitante entre a globalização e a pauta da identidade. Entendendo a identidade como uma “fonte de significado e experiência de um povo” (CASTELLS, 2008, p. 54), o autor sugere como fator de construção de atores sociais, a identidade mobiliza aspectos culturais comuns para criar significado intersubjetivo. As identidades, portanto, podem assumir diversas formas. Castells (2018) destaca que no período de 1990 emergem movimentos identitários (religiosos e nacionalistas) que reivindicam disputar contra, do ponto de vista de tais grupos, a ameaça da globalização. Assim, a identidade mobilizada politicamente toma contornos de reativos.

A construção da identidade fundamentalista parece ser uma tentativa de reafirmação do controle sobre a vida e sobre o país, uma reação direta ao processo desenfreado de globalização que se faz cada vez mais presente na economia e na mídia. (CASTELLS, 2018, p. 75).

Por essa perspectiva, observamos que a globalização carrega consigo um processo de reaparecimento de pautas nacionalistas. Nesse sentido, a obra de Castells (2018) expõe a incongruência do argumento que alega a dissolução da identidade nacional como

Pressupostos para uma crítica do conceito de identidade nacional – Wanderson Barbosa dos Santos – p. 180-211

substrato comum da cultura contemporânea. Para ele, a identidade nacional modificou-se nos últimos anos a ponto de ter uma “vida própria”. Ao contrário do contexto de formação dos Estados-nacionais, quando as identidades nacionais dependiam da organização do Estado para se consolidarem, no contexto de globalização, elas podem caminhar sem a necessidade da decisão estatal, podendo ser cultural e politicamente construídas para além do desenho do Estado. Dessa perspectiva, ao contrário do argumento que aposta na diluição dos sentidos da identidade nacional no contexto globalizado, a observação empírica aponta para uma renovação dessa estrutura de produção de sentidos culturais.

Por essa via, para compreendermos melhor o problema neste ensaio, apresentaremos três fontes de questionamentos do conceito de nação no cenário globalizado posterior à década de 1990. A análise pormenorizada de tais fontes de questionamento da ideia de identidade nacional servem-nos para compreender os processos de renovação da ideia de identidade na contemporaneidade. A começar, destaca-se a partir das leituras sobre o processo de globalização, o modo como as novas tecnologias comunicacionais e a interconexão dos sistemas de mercado influi na perda de soberania da nação, ou seja, descrevemos como as leituras da globalização, ao exporem uma primeira dimensão de questionamento aos limites da nação, correspondem a uma crítica aos contornos tradicionais ancorados em noções rígidas de tempo e espaço. A seguir, por meio de mobilização da historiografia dedicada ao tema das nações, destaca-se as configurações de unidade nacional a partir do conceito de “comunidades imaginárias” de Benedict Anderson (2008) e o papel dos estudos revisionistas para desmitificação da nação. No passo seguinte, reconstruiremos as reflexões das teorias vinculadas aos estudos culturais e seu diagnóstico a respeito da crise da identidade nacional e a emergência de outros padrões de identificação sintetizado na imagem do sujeito pós-moderno. Seguindo o fio argumentativo, apresentamos, sob o prisma da teoria do reconhecimento, o papel das formas de intersubjetividade e sua implicação em identidades coletivas. Por fim, ensaiaremos alguns atributos dos contornos contemporâneos da questão da nação, inclusive, propondo um vínculo entre os programas de pesquisa que demonstram os questionamentos da concepção de nação através de um direcionamento crítico. Nesse sentido, trata-se de um programa que unifique o

diagnóstico da crise das identidades com uma condição normativa de justiça e reconhecimento.

Antes de se mostrar como um tema no asilo, a questão da nacionalidade parece ainda hoje informar sentidos de pertencimento e de unidade, vez ou outra, mobilizados e ressignificados nos debates públicos. Ao se configurar como uma expressão única e acabada, inclusive, na sua apropriação política e ideológica na contemporaneidade, o conceito de nação se mostra como um conceito elástico, podendo, ora ou outra, ser tensionado e recuperado por movimentos políticos e sociais dos diversos matizes ideológicos. A identidade nacional renovou-se constantemente no mundo contemporâneo e, embora tenha sido decretada sua crise no mundo globalizado, revigorou-se e hoje mostra sua capacidade de organização da comunidade nacional. A identidade nacional é um importante aditivo político mobilizado na esfera pública contemporânea.

Toda essa crise assinalada, portanto, aponta a capacidade de mobilização do conceito de nação. Num sentido geral, sustentamos como hipótese a permanência do conceito de nação como mecanismo de mobilização de sentimentos nacionais, sobretudo, na política. Essa mobilização da noção ampla da nação alimenta diversos nacionalismos e funciona como suplemento de coesão política. Evidentemente, a capacidade assinalada de promover a coesão, na sociedade contemporânea, possui uma expressão direcionada para objetivos discriminatórios e de questionamentos de direitos humanos fundamentais. Nessa perspectiva, para os partidários do nacionalismo político, organizações não-governamentais e cooperações internacionais que possuem engajamento na promoção de direitos e na defesa de causas sociais e ambientais, logo passam a ser acusadas de serem instrumentos da dissolução da soberania do Estado-nação. O temor de que com a globalização a nação perca seu papel central no comando das políticas internas processualmente passa a habitar o imaginário de grupos nacionalistas. Nesse sentido, coexiste como um par sentimental para tais grupos que mobilizam a nação com aditivo político o temor da perda da soberania nacional e a necessidade de organização política ao redor de algo comum.

O cenário do decênio de 1990 parece ser propício para uma investigação, uma vez que outros questionamentos emergem em contraposição à concepção uníssona do nacional. Parecem ser decisivas as mobilizações em torno de políticas de diversidade e

Pressupostos para uma crítica do conceito de identidade nacional – Wanderson Barbosa dos Santos – p. 180-211

de pluralidade das vozes. Um ponto de vista pessimista a respeito da globalização somente num segundo momento atenta-se à dimensão de pluralidade interna das narrativas sobre a nação. Aos teóricos da globalização a questão da dissolução da soberania nacional parecia mais preocupante justamente pela eclosão de uma economia sistemática de interconexão global no qual os limites nacionais estariam expostos. De todo modo, ambas as dimensões estão presentes no que se chamou de crise das identidades: processo que alude à desconstrução de antigos paradigmas e a emergência de novos.

Por razões sempre múltiplas, a questão da crise da identidade apareça em emergência e em consonância com o processo que chamamos de declínio das grandes narrativas. A crise das macronarrativas explicita um diagnóstico que adentra as ciências humanas e nos direcionam às dificuldades de explicações totais e amplamente identificadas nas teorias de grande alcance características do contexto inicial da sociologia. O artigo de Francis Fukuyama de 1989 intitulado *O fim da História?* por um lado, decreta o fim da polarização mundial tomando como diagnóstico o esfacelamento do bloco soviético, por outro, decreta a vitória da democracia liberal ocidental e sua expansão como doutrina mundial sem adversário possível de tensionamento. A ressonância da polêmica sobre o fim da história, no sentido da superação dialética dos processos de contradição histórica, serve, para nós, como uma metáfora dos novos desenhos globais decorrentes a partir da década de 1990.

O alegado triunfo da democracia liberal ocidental que Fukuyama apresenta, em alguma medida, sustenta a forte sensação da expansão do amplo sistema de conectividade entre as nações e as culturas e, de certo modo, o fenômeno da globalização como ideologia emergente no período posterior à queda do muro de Berlim evidencia essa percepção mais generalizada. A derrocada das Repúblicas Soviéticas e a ausência de rivais externos ao capitalismo representado pelos Estados Unidos, por um lado, sustenta ideologicamente o diagnóstico da vitória do capitalismo tardio, por outro, justifica a emergência de uma sociedade sem fronteiras conectada por fluxos de mercado que perpassam as fronteiras.

De imediato, as ciências sociais debruçaram-se sobre o conceito de globalização contrapondo, evidentemente, os discursos que se tornam hegemônicos naquele cenário globalizado. No lugar-comum, o fenômeno se traduzia pela novidade de um contexto sem

fronteiras físicas em que a interconectividade seria a pedra fundamental da nova razão de mundo. Estatistas e políticos, dos diversos espectros ideológicos, viam com receio que com globalização – dos mercados e também da cultura nacional – se reduzisse o espaço de atuação dos Estados-nações e, conseqüentemente, diluíssem as arenas de soberania de decisão.

Ianni (1994) ainda na década de 1990 sugere que a influência da globalização nas operações cotidianas e nas arenas de decisão política impõe uma espécie de novo paradigma para as ciências sociais. Para o autor, o momento era de superação dos paradigmas emblemáticos das ciências sociais para a compreensão da nova arquitetura de funcionamento da sociedade global em seus desdobramentos de mercado, culturais, religiosos e, sobretudo, a questão da nação que ainda se apresenta como arena fundamental para a reprodução da vida em sociedade:

Ela constitui o cenário no qual os seus membros movimentam-se, vivem, trabalham, lutam, pensam, fabulam, morrem. Tanto assim que subsistem e ressurgem nacionalismo, provincialismo, regionalismos, etnicismos, fundamentalismos e identidades em muitos lugares, nos diversos quadrantes do mundo. (IANNI, 1994, p. 148-149).

Vista como novo paradigma por Ianni (1994, 2012) para as ciências sociais, foi clara uma leitura dupla entre os processos nacionais e os que ocorrem numa escala globalizada³. A possível disputa entre a nação e os organismos transnacionais levou ao temor da dissolução da primeira frente às imposições da economia de mercado. Forjaz (2000) destaca que a partir da década de 1970, os Estados começam a demonstrar sinais de crise no período em que simultaneamente percebe-se a emergência das economias globalizadas. A autora alega que a crise no final da década de 1980, especialmente nas economias emergentes, contribuiu com o diagnóstico da perda do poder dos Estados-

³ São interessantes as transformações do argumento do autor ao longo do período posterior ao texto da década de 1990. Se no texto de 1990 a globalização emerge como temática fundamental para as ciências sociais, no texto de 1999, o tom de crítica à globalização parece mais elevado. No texto *O Estado-Nação na época da globalização*, Ianni defende que junto ao processo de globalização, as economias nacionais passam a se tornar “províncias” das economias mundiais dada a preponderância das corporações e conglomerados internacionais numa escala global. O que, de certo modo, reflete uma preocupação com os impactos da globalização nas autonomias nacionais.

Nações⁴. A questão dos contornos do final da década de 1990 está vinculada a um processo em que o Estado-nacional passa a disputar externamente como organizações multilaterais de comércio, empresas transnacionais e o capital financeiro, cada vez mais decisivo nos processos políticos internos dos Estados. No panorama mais amplo dessas metamorfoses, a autora evidencia dois elementos: em primeiro lugar as assimetrias derivadas da hegemonia de alguns poucos Estados Nacionais sobre a economia global e, em segundo lugar, a questão da emergência das “tribos” ou “grupos de identidades” que passam a reivindicar cada vez mais espaços no interior do Estado-Nação (FORJAZ, 2000).

Fato que nos leva ao paradoxo do declínio da soberania da nação, porém, tal processo que acompanha também possui sua ambiguidade, visto que o declínio acompanha a ascensão de outras nações:

Aqui estamos nos referindo a um dos paradoxos da contemporaneidade: o Estado nacional em crise engendra a multiplicação de Estados Nacionais em geral menores e mais unitários em termos culturais, ou seja, ao mesmo tempo em que os Estados Nacionais estão declinando e se modificando, estão surgindo novos Estados. (FORJAZ, 2000, p. 44).

Ricupero (2008), aproximando-se da reflexão habermasiana, mostra que foi a capacidade de “plasticidade” dos Estados-Nacionais de incorporarem as agendas multiculturais de fundamental importância para a sua garantia de existência em seu contexto de formação. O que, ainda segundo o autor, foi o que permitiu ao Estado-Nação resistir a qualquer alegada ameaça, como aquelas referentes à intensificação dos processos de globalização do mundo, mesmo aquela oriunda da operacionalização econômica em escala mundial⁵.

⁴ No que segue o texto, os autores dedicados ao tema da globalização, de modo geral, traduzem os questionamentos do contexto globalizado a partir do uso do termo Estado-nação. Reconhecemos que, Estado-Nação não significa propriamente Nação, no entanto, como conceitos complementares, argumenta-se aqui uma possível tradução entre os conceitos para evidenciarmos uma camada dos questionamentos a respeito da Nação. Se o Estado-Nação se define a partir de sua característica de território rígida em que há uma autonomia política legítima, a nação, por sua vez, liga-se aos aspectos culturais de identificação do povo.

⁵ Como parte das inquietações da década de 1990, a questão do poder dos Estados-Nacionais no que diz respeito aos impactos da globalização dividiu mesmo os pontos de vista entre os acadêmicos. A exemplo de Ianni que realiza um balanço receoso sobre os desdobramentos da preponderância do mercado mundial, Celso Furtado (1992) defende as dificuldades, sobretudo para as economias periféricas, para imporem

Nessa visão de globalização, a questão da diversidade aparece como ponto fulcral, uma vez que baliza uma orientação dos Estados-Nacionais contemporâneos para a incorporação da diferença. Furtado (1992), do ponto de vista de uma crítica à globalização, argumenta que num cenário de economia internacionalizada, resta ao Estado-Nação a administração das demandas culturais e sociais da sua população. O questionamento de suas novas funções num contexto de globalização revela o que chamamos atenção no início a respeito das diversas interpretações sobre o fenômeno a partir da década de 1990.

Alinhadas ao reconhecimento das novas configurações da economia mundial e o papel fundamental dos dispositivos empresariais de produção e difusão de informações, as interpretações sobre a globalização parecem concordar num ponto, a saber: a primazia da questão cultural e da multiplicação de vozes que agora solicitam espaço nas sociedades. São fundamentais os movimentos de reivindicação de autonomia do Estado-Nação, mas também, identidades forjadas a partir de novas interpretações da condição nacional. A multiplicação de identidades no interior do Estado-Nacional reivindica a inclusão e o reconhecimento como identidades participantes e vinculadas à própria formação nacional.

De forma geral, as análises sobre a globalização balizam os dois pontos mencionados: por um lado, a provável perda da autonomia estatal nas determinações econômicas, sobretudo, os países desprivilegiados nas hegemonias geopolíticas globais, por outro, o papel preponderante das questões vinculadas a nacionalidade e o surgimento de demandas por reconhecimento e participação dos segmentos identitários no interior do Estado-Nação. No panorama descrito a partir das interpretações oriundas do contexto da década de 1990 enfatizam ambas as dimensões.

Portanto, o paradigma da globalização, aliada ao discurso ideológico do fim das fronteiras e da interconexão cultural, compõe um cenário de questionamento do Estado-

padrões de desenvolvimento econômico e social num cenário de domínio global de sistemas econômicos hegemônicos. Diz Furtado: “Com o avanço da internacionalização dos circuitos econômicos, financeiros e tecnológicos, debilitam-se os sistemas econômicos nacionais. As atividades estatais tendem a circunscrever-se às áreas sociais e culturais. Os países marcados por acentuada heterogeneidade cultural e ou econômica serão submetidos a crescentes pressões desarticuladoras. A contrapartida da internacionalização avassaladora é o afrouxamento dos vínculos de solidariedade histórica que unem, no quadro de certas nacionalidades, populações marcadas por acentuadas disparidades de nível de vida.” (FURTADO, 1992, p. 57).

Pressupostos para uma crítica do conceito de identidade nacional – Wanderson Barbosa dos Santos – p. 180-211

Nação e também do fim das grandes narrativas às quais Fukuyama (1989) alude ao propor o fim das tensões históricas. A expansão dos mercados globalizados e sua tensão com o Estado-Nacional alimentam um cenário que aponta para o problema da crise das identidades nacionais. Os pessimistas alegam que ao Estado-Nação somente resta a capacidade de atuação nas agendas sociais e culturais, mesmo frequentemente “contaminadas” pelas influências estrangeiras difundidas via satélite. Aqueles que sustentam um ponto de vista um pouco mais positivo, apostam na capacidade de resiliência do Estado-Nação e na capacidade de plasticidade de permanência mesmo em um contexto de amplo questionamento.

A seguir, destacaremos o papel do campo da historiografia na reflexão a respeito do tema do conceito de nação. De um cenário em que a história sustenta a narrativa da nação, nos estudos revisionistas contemporâneos a questão nacional passa por um questionamento e revisão do passado mítico da história. No fundo, o procedimento aponta para o alargamento da narrativa nacional e a inclusão de outras narrativas. No entanto, a inclusão de outras narrativas leva a necessidade do questionamento dos cânones históricos que constituem uma memória coletiva nacional. O processo leva a história para o centro da agenda política na contemporaneidade. Para compreender melhor esse aspecto do problema, propomos visitar uma parte da historiografia dedicada à questão das nações e nacionalismos para compreender as mediações das “comunidades imaginadas” entre as identidades, sentimentos e interesses comuns presentes no conceito de nação.

DA FORMAÇÃO DE DISCURSOS AO INSTRUMENTO DE CRÍTICA: O PAPEL DA HISTÓRIA NA REIVINDICAÇÃO DE OUTRAS NARRATIVAS NACIONAIS

A progressiva ascensão do tema do nacionalismo marcou a produção historiográfica pelo menos nos dois últimos séculos. Como construções de identificações que atravessam os séculos, o estudo das nações e do nacionalismo, perceptivelmente, estiveram vinculados tanto a projetos de compreensão historiográficas como, por outro lado, sendo utilizados pela história como disciplina humana vinculada à transmissão de determinado ponto de vista sobre o passado. Assim, a ciência dedicada ao estudo do tema

Pressupostos para uma crítica do conceito de identidade nacional – Wanderson Barbosa dos Santos – p. 180-211

viu-se, sobretudo no palco dos dois últimos séculos, sendo utilizada como discurso de afirmação da identidade nacional. O que uma historiografia canônica fez, quando aliada a projetos de formação de identidades, foi construir a partir do passado os atributos de constituição de um povo⁶.

Desse ponto de vista, Ernest Renan (1823-1892) incursionou no tema da nação e sintetizou as inquietações de uma época no pronunciamento de 1882, intitulado *Que é uma nação?*. A novidade da reflexão para o século XIX deu-se principalmente por introduzir na interpretação das condições culturais e históricas de formação da unidade nacional a ideia de um plebiscito diário em que as vontades individuais se associam na formação de uma vontade comum. A nação como uma entidade aglutinadora dos diferentes grupos que compõem um país se contrapõe às leituras que defendem a formação da nação a partir dos determinismos raciais, geográficos ou linguísticos. Em seu contexto histórico, portanto, Renan foi importante ao questionar os critérios de identificação deterministas como sinônimo de nacionalidade. Evidentemente, a oposição de Renan à condição étnica da nação deriva da impossibilidade de exercício da soberania por parte desses grupos⁷. Entendendo a nação como fenômeno recente, mesmo para o período histórico do fim do século XVIII, Renan via que o “molde da nação” se dava sobre expressão da confluência de uma memória comum, compartilhada como síntese entre o passado e presente. Diz o escritor francês: “A existência de uma nação é (perdoem-me a metáfora) um plebiscito de todos os dias, como a existência do indivíduo e uma afirmação contínua de vida” (RENAN, 1997, p. 174).

Dessa perspectiva a afirmação cotidiana de uma história comum se dava como manifestação máxima do quadro de atributos compartilhados entre os indivíduos. A memória comum alicerça e justifica os hábitos em sua alegação de vinculados a uma cultura contínua e histórica. Num sentido abstrato, a leitura de Renan funciona como uma

⁶ O argumento sugerido é que a história das nações em seu sentido prático contribuiu, de forma consciente ou não, para a consolidação da narrativa nacional. O ponto é que, como prática de reconstrução do passado e campo de produção de representações, a história foi apropriada como arregimento para a ideia de narrativa comum.

⁷ A questão que parece estar em jogo para Ernest Renan era simples. Se utilizassem a definição de raça ou etnia como critério para a formação de nações do século XIX abria-se espaço para a reivindicação nacional de todo o mundo colonial daquele período. Nesse sentido, o critério de justificação nacional, deve perpassar por outras dimensões, novamente, excludentes, como a produção de um passado comum numa história escrita.

ampla moldura histórica das formações nacionais. Os diversos nacionalismos, visando garantir a unidade entre os indivíduos, preencheriam os requisitos da história comum através dos elementos locais. Mitos, língua, etnia, religião e costumes compõem os ingredientes para a construção das nacionalidades. Os estudos clássicos das formações nacionais operaram num modelo de investigação dos que viriam a ser alegados como características particulares das nações.

Considerando seus desenvolvimentos mais recentes a partir da década de 1990, alguns estudos sobre a ideia de formação nacional partem de um outro viés. Os critérios que certificavam o compartilhamento de uma memória comum, sob o ponto de vista da história crítica, passaram a ser constantemente desconstruídos. As nações que na virada do século XVIII poderiam ser afirmadas em tom enfático, com uma nova historiografia, passaram, quando muito, a evocar as construções de nações como “comunidades imaginárias”, aproveitando a aceção formulada por Benedict Anderson (2008). O diagnóstico contemporâneo foi o da falha do projeto unificador da nação por não flexibilizar os critérios canônicos como língua, etnia e território para a sustentação do conceito de nacionalismo. Para Hobsbawm (1990) a ambiguidade de conceito de língua e etnicidade acarretou uma crescente onda de questionamentos à ideia de nação, no entanto, essa mesma condição levou a uma maior apropriação da ideia de nacionalismo em seu uso político.

O final do século XX demonstrou a permanência de algum princípio de nacionalidade. O temor em relação ao processo de globalização e a alegada diluição das diferenças culturais entre as nações se mostrou pouco realista no que diz respeito aos desdobramentos da expansão dos mercados econômicos e informacionais. Mesmo questionada, a ideia de nação e nacionalismo ainda permanece no imaginário contemporâneo, renovando-se constantemente como fonte de identificação cultural. Hobsbawm acrescenta que a permanência do nacionalismo foi flagrante, especialmente nos casos em que grupos minoritários reivindicam autonomia no interior de outro Estado, justamente porque “os movimentos de libertação tendem a ser movimentos de libertação ‘nacional’.” (HOBSBAWM, 1990, p. 195). Ainda segundo o autor, os movimentos nacionalistas contemporâneos investem na carga conflitiva que a noção de diferença nacionalista impõe quando dispostas de forma comparativa. Desconfiados da

Pressupostos para uma crítica do conceito de identidade nacional – Wanderson Barbosa dos Santos – p. 180-211

globalização, a partir do decênio de 1990 emergem movimentos nacionalistas atrelados à ideia de imutabilidade das características nacionais. Sendo movimentos fortemente reativos, o nacionalismo desse momento histórico elege como adversário a globalização e sua tendência à homogeneização da sociedade. Esse tipo de reação rastreia as particularidades da vida comum de suas nações para se opor ao outro da modernidade.

Frequentemente, esses movimentos nacionalistas parecem constituir reações de fraqueza e medo, tentativas de erguer barricadas para manter distantes as forças do mundo moderno, atitude que se assemelha ao ressentimento dos alemães de Praga que se sentiram acuados pela imigração tcheca. (HOBSBAWM, 1990, p. 197).

A natureza conflitiva na qual as diferentes ideias sobre as nações e nacionalismos desvela-se mostram sua faceta de fenômeno basilar de mobilização política, aproveitando o comentário de Hobsbawm a respeito do ressentimento, propomos então o nacionalismo como uma moldura de unidade social de tensionamento de sentimentos. Benedict Anderson (2008) ao propor seu conceito de comunidades imaginadas sugestivamente as apresenta como ideia legitimadora da vida política contemporânea. A comunidade imaginária se define como:

Ela é imaginada porque mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão ou nem sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles. (ANDERSON, 2008, p. 32).

Nesse sentido, as comunidades imaginárias vinculam-se a uma ideia geral de participação de uma mesma nação que, acompanhando o argumento de Anderson (2008), de modo geral, está conectada a valores de soberania, ideologias políticas e, sobretudo, a referências culturais e sentimentos de comunidade. A mobilização de uma rede de sentimentos nacionais parece mais evidente no exemplo da emoção do hino nacional em que um idioma, uma letra e uma história particular, ao ser cantada em uníssono, provoca um sentimento de sintonia e unidade, singularmente, pela evocação da nação: “Tomemos o exemplo dos hinos nacionais, cantados nos feriados nacionais. Por mais banal que seja a letra e medíocre a melodia, há nesse canto uma experiência de simultaneidade. [...] A imagem: o uníssono.” (ANDERSON, 2008, p. 203).

Pressupostos para uma crítica do conceito de identidade nacional – Wanderson Barbosa dos Santos – p. 180-211

Mesmo em suas metamorfoses e na sua condição de comunidades imaginadas, as nações mostram durabilidade na contemporaneidade. Pode-se pensar que seu maior adversário foram as ameaças do avanço da globalização. Como fenômeno de unidade social apropriado pela política, o nacionalismo manteve-se de forma bastante rigorosa nas sociedades contemporâneas sendo impensável extraí-lo dos embates políticos internos aos Estados-Nação atuais.

Todavia, ao que parece, no cenário mundial de consolidação das identidades nacionais a produção da história passa a alimentar um outro fenômeno, dessa vez, da desconstrução de imagens da nação e o questionamento dos cânones que a sustentam. Nessa nova arena de conflito, conservadores e progressistas revezam entre si a disputa pela memória comum da nação. Como que para muitos países latino-americanos o resgate da memória das vítimas das ditaduras militares da década de 1970 foi importante recuperar essas histórias como símbolo de resistência e de uma memória que deve ser incorporada à história nacional, ou em outro exemplo, a chegada europeia ao novo continente não deve ser vista como símbolo de conquista, mas sim, como a do genocídio. Há aqui, nos dois exemplos anteriores, uma tentativa de reescrita das histórias nacionais tomando como pressuposto o ponto de vista do revisionismo histórico.

A revisão das histórias oficiais da nação objetiva uma ampliação de seus quadros de referências, dessa vez, inclui-se os sofrimentos, os massacres e os sentimentos dos que foram, para ficar com a proposta fundante da filosofia da história de Walter Benjamin (2012): pensar do ponto de vista dos vencidos da história. Sob outra matriz ideológica, ao se realizar uma tentativa de manutenção da história em sua forma imutável, por exemplo, resistindo a múltiplas narrativas sobre as mesmas histórias e relegando novos discursos sobre a formação nacional, impõe-se o silenciamento como sustentáculo para a legitimação das “comunidades imaginadas”.

Avila (2011) demonstra como nos Estados Unidos da América (EUA) o debate público em meados década de 1980 e 1990 foi informado pela desconstrução da narrativa mítica da “conquista” do Oeste americano. A partir do procedimento revisionista, a então *New Western History*, buscou-se reescrever a história nacional dos EUA mostrando os fracassos acarretados pelo projeto de expansão das fronteiras nacionais, enfatizando as consequências violentas da história:

Pressupostos para uma crítica do conceito de identidade nacional – Wanderson Barbosa dos Santos – p. 180-211

ela acarretou o genocídio da população nativa, a marginalização social e econômica de uma ampla parcela da população, a destruição ambiental e na conquista de vastos territórios, *manu militari*, que pertenciam a outros povos e a outras nações. (AVILA, 2011, p. 247).

A grande novidade da nova narrativa sobre a conquista do Oeste foi a desconstrução da imagem mítica do passado norte-americano e, de acordo com Avila (2011), passou a formar uma “contranarrativa” para a história nacional. Essa, por sua vez, explicitamente responde a um programa historiográfico de questionamento das certezas que alicerçam os sentimentos nacionais. Naquele contexto, a história que antes atuava na consolidação e na legitimação das verdades nacionais, ao se tornar um instrumento de revisão e de reescrita da história nacional, fornece argumentos para a promoção de incertezas a respeito do passado, ou, para lembrarmos Renan, da memória comum da nação.

O movimento de reescrita da memória, a título de exemplo, pode ser visto também em outras nações. No Brasil, nas últimas décadas, houve um esforço levado adiante por governos de esquerda para apontar a verdade sobre o período ditatorial, ou seja, retirar do esquecimento as memórias das vítimas da ditadura militar (1964-1985). Assim, a narrativa fundadora do regime militar como período de crescimento e desenvolvimento nacional passou a ser contrastada com a perseguição política e as violações dos direitos humanos presentes nos porões do regime. Portanto, trata-se de uma tentativa de inclusão de uma outra narrativa, dessa vez, em contraposição à história oficial difundida pelos governos militares.

Outro autor, Giorgos Antoniou mostra como a perspectiva do revisionismo influenciou nos debates públicos contemporâneos. Assim como Avila (2011), Antoniou (2007) via o papel fundamental da história para a legitimação dos nacionalismos, sendo os intelectuais os atores essenciais para a conexão da contemporaneidade com o seu passado. No entanto, a “zona cinza” entre a historiografia e a memória coletiva passa a ser mais questionada na contemporaneidade e, tem como resultado prático, a mobilização de temáticas e tradições para o centro da discussão a respeito da memória. As hipóteses dos revisionistas passam a ser testadas através do método crítico, uma “visão alternativa”, contrária ao que está estabilizado, inquestionável e sacralizado pela história (ANTONIOU, 2007, p. 95).

Pressupostos para uma crítica do conceito de identidade nacional – Wanderson Barbosa dos Santos – p. 180-211

Nessa perspectiva, a historiografia torna-se o campo de batalha entre revisionistas e conservadores no que tange ao alcance e à legitimidade da narrativa da nação. Se antes a nação recebe os contornos sacros de entidade coletiva de coesão e identificação com determinados costumes comuns, num contexto posterior à consolidação das “comunidades imaginadas”, os moldes nacionais são questionados e ampliados com outras narrativas. Da aurora das construções nacionais a partir do século XVIII aos questionamentos dos programas nacionais como não mais narrativas estáveis e sagradas, houve um intenso movimento no interior da história para a imposição de visões críticas sobre as construções nacionais.

Por essa via, os nacionalismos contemporâneos parecem ter absorvido os sinais apontados pelos teóricos da globalização, a saber: a diversidade narrativa, a pluralidade de vozes. As comunidades imaginadas, então questionadas, parecem traduzir um contexto histórico e social de multiplicação das reivindicações, em especial, as de identificação. O passado comum canonizado não se mostra suficientemente inclusivo para o atendimento do diverso. O que, no entanto, não significa que a nação como um motor de sentimentos deixe de informar agendas e disputas internas e externas nos Estado-Nacionais. O que parece mais claro é que novas correntes historiográficas, em especial, as dedicadas ao revisionismo das histórias nacionais, criam um novo palco de disputas por narrativas comuns nas sociedades atuais.

O molde formal da nacionalidade passa a ser frequentemente tensionado e sua capacidade de atender às novas demandas de vozes múltiplas transpõe sua capacidade de alargamento. São, claramente, narrativas diferentes colocadas em disputa e a capacidade de uni-las com harmonia parece ser um desafio enfrentado, acima de tudo, na apropriação política do debate sobre a nação. Por corporificar um conjunto de sentimentos coletivos, a nação entra em disputa. O avanço da globalização, as reivindicações por diversidade e o papel do revisionismo histórico, são elementos econômicos, políticos e científicos que influem no questionamento dos moldes da nação.

Em conclusão, há um ponto na obra de Ernest Renan de enorme atualidade, se pensarmos o papel dos revisionistas na questão da formação nacional. Renan parece ter adiantado o papel de congregação do esquecimento e via, no desenvolvimento da historiografia, um “perigo” aos ideais nacionais consolidados. Diz o autor:

Pressupostos para uma crítica do conceito de identidade nacional – Wanderson Barbosa dos Santos – p. 180-211

O esquecimento, e mesmo o erro histórico, são um fator essencial na criação de uma nação, e é por isso que frequentemente o progresso dos estudos históricos representa um perigo para a ideia de nação. De fato, a investigação histórica traz de volta à luz os atos de violência que ocorreram à origem de todas as formações políticas, mesmo daquelas cujas consequências foram benéficas. (RENAN, 1997, p. 161).

As palavras de Renan ganham sentido, na medida em que apresentam uma configuração das disputas pela ideia de nação e o papel da história como ferramenta, tanto da consolidação de narrativas sobre a nação, como também de instrumento de contestação revisionista. O “perigo” da rememoração do passado violento levaria as nações modernas a um efeito desagregador, visto que os grupos subjugados no passado veriam como herança pretérita a continuidade das opressões. No entanto, como vimos até aqui, o questionamento dos moldes nacionais, a partir da década de 1990, inclui outros autores como a globalização e a emergência mais enfática de pautas vinculadas a outras identidades. O que parece ser claro, nos contornos da discussão atual, é a impossibilidade de contenção de outras narrativas sobre o passado. O “perigo” alegado por Renan, atualmente, já se concretizou e outras narrativas da nação entram em disputa na vida cotidiana.

A questão da construção de identidades nacionais, por essa via, é tensionada em sua condição restritiva. A multiplicidade de vozes demanda um reajuste das narrativas sobre as nações e as nacionalidades. O que parece estar presente nessas configurações sociais é uma disputa cada vez mais efetiva entre revisões e contrarrevisões da história nacional. A perenidade dos movimentos nacionalistas evidencia o vigor do molde nacional como promotor de vínculos e sentimentos coletivos. Ao contrário do decaimento, o ideal de identidade nacional que parece se reconfigurar e se ampliar no atendimento de outras demandas de reconhecimento. De forma sugestiva, a história parece dar corpo a novas narrativas que visam se inserir através da desconstrução, quanto da construção de novos sentidos para a história nacional.

A CRISE DAS IDENTIDADES NACIONAIS: A CONTRIBUIÇÃO DOS ESTUDOS CULTURAIS

O sentido contemporâneo do termo “nação”, como vimos até aqui, passa a ser constantemente remodelado, seja pela alegada influência de corporações e entidades transnacionais e sua influência na soberania nacional, ou, por outro lado, por distintas reivindicações sociais por identidades internas à nação. Nesta seção, apresentaremos as formulações emergentes no contexto da década de 1990 que apontam para o declínio das identidades nacionais na alegada pós-modernidade. Situados sob o signo do prefixo “pós”, esses autores contribuem para a compreensão de identidades descentradas e fragmentadas e seu papel na mobilização de reivindicações na contemporaneidade. Desse modo, a “performance” e as vinculações do sujeito no “jogo das identidades” em favor de identificações representativas, alicerçam os estudos das novas agências e agendas identitárias⁸.

Esse modo de falar sobre identidades é fruto de disputas por visibilidade e participação de outras vozes nas esferas públicas que foram a marca, sobretudo, da segunda metade do século XX. A passagem de um mundo de aparente homogeneidade para um mundo das diferenças acompanha os processos de decaimento dos acentos universais. A palavra-chave desse contexto de reivindicação é a diversidade. Como os demais debates nas ciências sociais, os estudos culturais absorvem as inquietações da nova realidade-mundo manifesta no conceito de globalização.

Desse modo, o sujeito pós-moderno que, de acordo com a contribuição de Stuart Hall (2019 [1992]), emerge num cenário em que as velhas identidades passam a ser descentradas e fragmentadas⁹ quando novas paisagens culturais, ao exemplo dos

⁸ Butler (2000 [1993]) compreende as performances a partir de suas práticas cotidianas e reiteração, sobretudo, nas práticas discursivas. Assim, a formação subjetiva perpassa a condição de identificação dos sujeitos com os parâmetros normativos da sociedade, nesse sentido, mesmo a concepção de sexo entendida como aspecto materializado no corpo, segundo a autora, faria parte de uma realização discursiva cotidiana. “A formação de um sujeito exige uma identificação com o fantasma normativo do sexo: essa identificação ocorre através de um repúdio que produz um domínio de abjeção, um repúdio sem o qual o sujeito não pode emergir.” (BUTLER, 2000 [1993], p. 112).

⁹ Hall (2019 [1992]) defende que o conceito de identidade não possui um núcleo estável, assim, as transformações e alterações ao longo das histórias de vida do sujeito são de fato uma realidade em constante metamorfose. O processo de identificação, nesse sentido foi visto por Hall como: “Essa concepção aceita

segmentos de classe, gênero, étnicos e raciais, influem no surgimento de identificações fluídas e mutantes, a saber:

Esse processo produz o sujeito pós-moderno, conceitualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma ‘celebração móvel’: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. É definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um ‘eu’ coerente. (HALL, 2019 [1992], p. 11-12).

Hall aduz que, na modernidade tardia, a globalização exerce um impacto cultural para as mudanças nas identidades. As transformações sociais mais incisivas no surgimento do sujeito pós-moderno estão vinculadas ao papel decisivo da segmentação social e seu vínculo explícito com a noção de identificação. O fenômeno de identificações mutáveis liberta o sujeito das limitações da identificação fixa. É o que Hall (2019 [1992]) ao sugerir na ideia de movimento no conceito de identificação: “Assim, em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de identificação, e vê-la como um processo em andamento.” (HALL, 2019 [1992], p. 24). No que diz respeito a uma discussão sobre a identidade nacional, o autor concorda que as “comunidades imaginadas” são parte fundamental de uma identidade cultural que nos foi dada como se fosse natural.

No entanto, a aparente naturalidade da nação, de acordo com Hall, situa-se num amplo panorama de construção de representações sobre a cultura: “Segue-se que a nação não é apenas uma entidade política, mas algo que produz sentidos – um sistema de representação cultural.” (HALL, 2019 [1992], p. 30). Assim, a identificação nacional atua num sentido de ideia comum a respeito de determinada nacionalidade. De certa forma, esse diagnóstico se alinha com a historiografia que se dedicou ao tema, visto que a construção de uma memória comum, mesmo que seja “imaginada”, concede os moldes para a formação nacional. O que Hall apresenta à discussão é a condição da cultura nacional para distribuição de sentidos comuns aos indivíduos através de símbolos e

que as identidades não são, nunca, singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicos.” (HALL, 2019 [1992], p. 108).

Pressupostos para uma crítica do conceito de identidade nacional – Wanderson Barbosa dos Santos – p. 180-211

representações. Adicionaríamos aos dois a questão da história e memória comum como um outro sistema de impacto constitutivo para a formação da identidade nacional. Em alguma medida, Hall apresenta o conceito de narrativa da nação para sintetizar o discurso unitário essencial para a identificação comum do sistema de representação cultural.

No entanto, em oposição à expectativa de criação de consenso das histórias nacionais, Hall propõe o contrário, visto que as narrativas sobre a nação somente se unificam a partir de uma estrutura de poder que garante a unidade. Diz o autor: “Uma cultura nacional nunca foi simples ponto de lealdade, união e identificação simbólica. Ela é também uma estrutura de poder cultural.” (HALL, 2019 [1992], p. 35). A invocação de uma narrativa comum sobre a nação, seguindo o passo, carrega consigo uma estrutura de dominação dos sujeitos e que, por meio da imposição do poder, garante uma aparência de unidade nacional.

Assim, as narrativas oficiais da nação se sustentam, na medida em que se configuram como dispositivos de unificação de discursos. Na acepção de dispositivo de Foucault, como discurso de legitimação do *status quo*, a narrativa da nação para Stuart Hall legitima uma ordem vigente para adequação à identidade cultural nacional. A aparente homogeneidade do discurso nacional apenas mitiga as contradições e silenciamentos internos presentes na noção de um discurso unificado. A narrativa nacional, sob esse ponto de vista, seria perpassada por outras narrativas oriundas dos segmentos heterogêneos da nação. Sem a estrutura de poder cultural o discurso de legitimação nacional se segmentaria a partir de outros padrões mutáveis de identificação.

Contudo, a relatividade das narrativas a respeito das nações, se justifica em dispositivos de construção de legitimidade. Podemos aproveitar a contribuição de Butler para a desconstrução desses dispositivos de controle, em especial, aqueles presentes na cultura, nos discursos e no poder. Como discurso de poder a concepção de nação se sustenta na medida em que se materializa na ideia de corpos como natureza mediados por ideais de regulação com finalidade de assegurar a hegemonia (BUTLER, 2000 [1993]).

A crise das grandes narrativas e das velhas identidades perpassam pelo movimento de desconstrução e desmascaramento dos mecanismos de poder e controle camuflados no interior dos discursos a respeito da nação. Outros autores também efetuam um movimento de crítica às identidades nacionais, como é o caso de Walter Mignolo (1998) que aponta

Pressupostos para uma crítica do conceito de identidade nacional – Wanderson Barbosa dos Santos – p. 180-211

para além da dimensão construtiva da identificação nacional, há também a sua inscrição em estruturas de poder comprometidas com a subordinação social. Nesse sentido, “identidades”, de acordo com Mignolo, refletem os embates por poder das estruturas sociais¹⁰. No entanto, segundo o autor, com os desdobramentos da globalização e a emergência do neoliberalismo, movimentos nacionalistas passaram por uma realocação que, em alguns casos, como no México de 1970, pôde ser reconduzido para fins de um nacionalismo revolucionário (MIGNOLO, 1998). Movimento que coincide com a apropriação dos sentimentos nacionais para uma mobilização política dos movimentos nacionalistas contemporâneos.

No entanto, cabe destacar que os novos moldes do nacionalismo no contexto da globalização levam a considerações transnacionais das molduras da nação. Para Mignolo, o movimento de desacoplamento entre identidades cívicas e a identificação nacional acarreta na “quebra da ilusão” [*break the illusion*] de que a cidadania está vinculada a uma identidade nacional: “A identidade nacional foi bem-sucedida na criação da ilusão transparente de uma identidade cívica e étnica, que representa o emblema do Estado-Nação.” (MIGNOLO, 1998, p. 7).

A emergência da globalização, novamente, parece impor questionamentos para a sustentação da identidade nacional. Não é sem relevo que Lander (2005), ao questionar o papel do eurocentrismo como forma hegemônica de dominação colonial, direciona sua crítica aos desdobramentos de expansão dos mercados de forma globalizada, por sua vez, abarcada no conceito de neoliberalismo como ideal universal. Como força hegemônica para além das nações, o neoliberalismo impõe uma narrativa civilizatória mundial a todos os países capitalistas. A derrocada dos adversários do capitalismo liberal, no período final do século XX, naturalizou uma narrativa histórica comum herdeira do processo de

¹⁰ Um complemento a partir das considerações de Benedict Anderson no livro sobre as comunidades imaginadas. O vínculo entre nacionalismo e objetivos de dominação racistas e de classe, segundo o autor de *Comunidades imaginárias*, somente obteve êxito na medida em que exercia, internamente, a estrutura de repressão nos contornos de seu Estado-Nacional. Assim, o racismo nacionalista pode atuar na função de legitimador das desigualdades de classe no interior do Estado-Nação: “Os sonhos do racismo, na verdade, têm sua origem nas ideologias de classe, e não nas de nação: sobretudo nas pretensões de divindade entre os dirigentes e nas pretensões de ‘linhagem’ e de sangue ‘azul’ ou ‘branco’ entre as aristocracias. Assim, não admira que o reputado pai do racismo moderno seja, não algum nacionalista pequeno-burguês, e sim Joseph Arthur, conde de Gobineau. E tampouco admira que, no geral, o racismo e antissemitismo se manifestem dentro, e não fora, das fronteiras nacionais. Em outras palavras, eles justificam mais a repressão e a dominação interna do que as guerras em outros países.” (ANDERSON, 2008, p. 209).

dominação do ocidente, manifesta como se fosse universal, mas que atende a um projeto de dominação da tradição e, podemos dizer, da diversidade de formas de viver.

O desaparecimento ou derrota das principais oposições políticas que historicamente se confrontavam com a sociedade liberal (o socialismo real e as organizações e lutas populares anticapitalistas em todas as partes do mundo), bem como a riqueza e o poderio militar sem rivais da sociedade industriais do Norte, contribuem para a imagem da sociedade liberal de mercado como a única opção possível, como o fim da História. No entanto, a naturalização da sociedade liberal como a forma mais avançada e normal de existência humana não é uma construção recente que possa ser atribuída ao pensamento neoliberal, nem à atual conjuntura política; pelo contrário, trata-se de uma ideia com uma longa história no pensamento social ocidental nos últimos séculos. (LANDER, 2005, p. 7)

Que seja percebido a partir dos autores apresentados até aqui que a alegada crise das velhas identidades nacionais, ainda que possamos entendê-las como verdadeiras, parece existir, mais especificamente, como uma crise de narrativas que se pretendem universais. Retomando os trabalhos de Hall, os contornos das crises das velhas identidades aparentam ser melhor traduzidos na tendência contemporânea da globalização da tensão entre o aspecto local e o global. A questão nacional perpassa por essa contradição, uma vez que, exposta a uma variedade de símbolos e informações, parecem seduzidas para o acréscimo de outras vozes. O processo é diferente do exposto na seção anterior, quando as narrativas da história nacional foram questionadas, desconstruídas e reinterpretadas. A ampla configuração da crise da identidade nos direciona para uma outra dimensão, dessa vez, das inúmeras vozes que reivindicam outras identidades culturais, não necessariamente vinculadas ao amplo museu da história da nação.

Ao se questionar sobre os direcionamentos do pós-moderno global, Hall (2019 [1992]) enfatiza que no contexto do mundo globalizado as identificações nacionais perdem forças, na medida em que os sujeitos passam a compartilhar identidades globais mediadas pelas novas possibilidades de fluxos culturais e de consumo. A identificação com as imagens, o consumo e com informações demonstra uma decorrência do mundo globalizado em que a vida social passa a ser sintonizada pelo ritmo do mercado. Assim, as identidades partilhadas em escala global ultrapassam as noções de tempo e espaço que,

Pressupostos para uma crítica do conceito de identidade nacional – Wanderson Barbosa dos Santos – p. 180-211

se pensarmos na questão da identidade nacional, são dois elementos fundamentais para a formação das narrativas históricas da nação.

Quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as identidades se tornam desvinculadas – desalojadas – de tempos, lugares, histórias e tradições específicos que parecem ‘flutuar livremente’. Somos confrontados por uma gama de diferentes identidades (cada qual nos fazendo apelos, ou melhor, fazendo apelos a diferentes partes de nós), dentre as quais parece possível fazer uma escolha. Foi a difusão do consumismo, seja como realidade, seja como sonho, que contribuiu para esse efeito de ‘supermercado cultural’ (HALL, 2019 [1992], p. 43).

Portanto, pode-se traduzir a caracterização de uma crise das velhas identidades em termos de novas agendas identitárias que disputam espaços entre si nas agendas contemporâneas. A palavra-chave desse novo contexto é a representatividade. O processo de identificação do sujeito perpassa as expectativas de que possa existir, entre o *Eu* e o *Nós*, elementos de similaridades culturais, políticas, étnicas e sociais. Essa é uma das lições presentes nos autores vinculados aos estudos culturais contemporâneos. As novas agendas de identidade e seu clamor contestatório e reivindicativo carregam com elas os anseios para identidades e narrativas que as representem em suas identificações momentâneas provisórias.

No fim, as identificações contemporâneas reclamam um movimento, na história e no tempo, que os velhos moldes do Estado-Nação, talvez, mostrem dificuldade de acompanhar, no entanto, tendo em vista sua capacidade de renovação, um processo de adaptação às novas agendas aparece como um resultado plausível. O que parece ser decisivo, portanto, é o vínculo intrínseco entre as novas possibilidades de comunicação e de deslocamento culturais com as novas redes de identificação dos sujeito pós-modernos globais. Esse encontro, fortuito para a emergência de novas narrativas e outras formas de reconhecimento subjetivo, de forma interessante, está presente em diversos conflitos políticos e sociais na atualidade. A nação incontestemente parece ser um molde antiquado para fornecer um núcleo de referências culturais na contemporaneidade.

A REINVENÇÃO DA NAÇÃO E A EMERGÊNCIA DE UM PROGRAMA DE PESQUISA

O avanço da globalização, de fato, acarretou mudanças no entendimento do conceito de nação. Os moldes dos Estados-Nacionais contemporâneos e seus alicerces em conceitos tradicionais de tempo e espaço parecem se remodelar através das pressões, críticas e reivindicações no contexto posterior ao decênio de 1990.

A pressões são caracterizadas pela emergência de novas entidades transnacionais e agentes de mercados globalizados que passam a influenciar as agendas do Estados-Nações e problematizar tanto suas fronteiras, como suas políticas. O discurso ideológico de um novo padrão mundial em que as fronteiras, reais e fictícias, perderiam seu lugar num cenário de intenso fluxo de conexão entre mercados e culturas, parece ter sido fundamental para uma primeira dimensão de questionamento dos contornos da ideia de nação.

Em segundo lugar, pode-se caracterizar o papel crítico da ciência, em especial, nas agendas de pesquisa que desmitificam a história canonizada das nações. As ciências humanas como um todo, alimentadas por lutas por reconhecimento e pela diversidade das agendas de trabalho acadêmico, tratam a história nacional como uma das narrativas possíveis na história. O uso se divide e novas possibilidades narrativas entram no palco da história nacional. Nesse sentido, a história unificada passa a ser ampliada e revisitada. Novas narrativas passam a incluir os discursos inglórios do passado mítico nacional e, em contrapartida, sugerem uma segmentação do discurso unitário da nação. Segmentos da sociedade passam, a partir de contranarrativas nacionais, a defender a pluralidade do discurso nacional. As clivagens do conceito de identidade nacional acompanham o jogo de identidades na sociedade contemporânea globalizada, o campo da historiografia sinaliza as remodelagens da ideal nacional.

O terceiro ponto relaciona-se ao fortalecimento de pautas identitárias. O sujeito pós-moderno, inconformado com a condição de permanência da identidade nacional, divide-se num cenário de mundo globalizado em várias posições descentradas de identidade. Assim, como sinal efetivo de uma crise das velhas identidades, os sujeitos fragmentados partilham símbolos e representações, dessa vez, não mais vinculados à

Pressupostos para uma crítica do conceito de identidade nacional – Wanderson Barbosa dos Santos – p. 180-211

narrativa unificadora da nação. As concepções mutantes do sujeito jogam o “jogo das identidades”: um pós-moderno global emerge compartilhando uma identidade étnica, cultural, local global e de consumo.

As três dimensões da crise da narrativa nacional demonstram de forma exemplar força do conceito de diversidade na sociedade contemporânea. O uníssono da nação já não parece adaptado ao contexto de globalização em que as noções de tempo e espaço, se não se diluíram, são transformadas a partir de outros padrões de comunicação e consumo. O nível de aceleração e interconexão entre mercados e culturas somente se compara à emergência de uma pluralidade de vozes. Novamente, a diversidade, ao expor clivagens de classe, gênero, raça – e todas as combinações possíveis entre elas – é sintoma de outros contornos sociais no contexto da globalização da década de 1990.

Antes de concluir, valem ainda algumas ressalvas. Parece evidente a crise da narrativa unificadora da nação, como vimos até então, de forma alguma apresenta os sinais que sugerem seu desaparecimento como fonte de identificação central para a organização da vida contemporânea. Ao contrário, nas últimas décadas é possível visualizar um fortalecimento e renovação de tal identidade, evidentemente, colocada em disputa nas arenas públicas, dessa vez, com outros sentidos identitários. A ideia de identidade nacional, portanto, se reinventou como narrativa e rivaliza de frente aos desafios impostos pelo mundo globalizado. Na vida cotidiana, na política, na construção do indivíduo, na educação, o sentido do nacional permanece fornecendo significado. Uma outra face do processo, como apontamos, pode ser vista na vida política na qual a identidade nacional é constantemente mobilizada como aditivo para a mobilização partidária.

É evidente que situações de conflitos sociais, motivados pelo nacionalismo, ainda se apresentam na esfera pública como matriz para a organização de movimentos da sociedade civil e movimentos políticos. Os sentimentos presentes a respeito das “comunidades imaginadas” reacendem nacionalismo ao redor do mundo. No entanto, um grupo específico ainda parece marcado pelo tipo de identidade nacional: o *Outro* da globalização, os imigrantes de países periféricos.

A crise da identidade não parece ser uma realidade para aqueles em que a “natureza” nacional é imposta, não lhes restando outra identificação a não ser o de

pertencimento a uma *outra* nação. Trata-se de uma imposição de identificação aos outros do processo de globalização. Esse é um ponto que nos permite entender uma outra perspectiva sobre a crise das identidades, justamente, pelo fato dela não ser permitida em contextos de liberdade cerceada. A emancipação dos indivíduos para se identificarem e questionarem as molduras tradicionais das velhas identidades, parece estar ancorada num cenário normativo da sociedade liberal, ou seja, há como panorama intelectual para esses autores um tipo específico de sociedade democrática no qual existem garantias mínimas para o reconhecimento e a justiça. A crise imigratória atual demonstra como os outros da globalização, isto é, os imigrantes são alvo do uso partidário da nacionalidade, dessa vez, para fins de xenofobia e discriminação.

Nesse sentido, os autores que se debruçam sobre a situação paradigmática do outro da modernidade oferecem um complemento importante para a discussão que apresentamos até aqui. Trata-se, portanto, de situações de conflitos sociais em que a identificação nacional abandona sua condição de uma identidade selecionada no “mercado das identidades” e passa a ser imposta por outro. A possibilidade de se subjetivar ou atuar de formar performática em outro registro de identidade se torna uma possibilidade viável, somente se houver *reconhecimento*. Nesse sentido, a gramática dos conflitos contemporâneos entende nesse *Outro* da globalização o sujeito de que depende de princípios normativos para o seu reconhecimento na vida pública em suas plenas liberdades. Assim, interessa para essa agenda de pesquisa a compreensão de como a partir do conflito as diferentes identidades podem ser reconhecidas.

Seyla Benhabib (2004) reconhece que os delineamentos das nações ocidentais na contemporaneidade herdaram ainda suas características de sua formação tradicional, a saber, a noção de território, controle administrativo, uma cultura identitária coletiva e legitimidade política. Com esse significado histórico, com o avanço da globalização dos mercados e as redes transnacionais de cultura, as funções estatais passam a ser questionadas. Crise da legitimidade do Estado-Nação que, de forma alguma, significa seu desaparecimento. A mobilização de sentimentos vinculada à ideia de nação, em uma situação de conflito, pode ser mobilizada para caracterizar o *outro* como um sujeito alheio de direitos. Os imigrantes, podemos pensar com Benhabib (1999), em situações em que não há garantias de direitos, isto é, em sociedades sem garantias de justiça e

Pressupostos para uma crítica do conceito de identidade nacional – Wanderson Barbosa dos Santos – p. 180-211

reconhecimento, são os “estrangeiros”, “estranhos” o “pária” no qual os movimentos totalitários investem no sentimento de estímulo à oposição entre nossa identidade e a deles (BENHABIB, 1999, p. 350-351).

A reconstrução das reflexões a respeito das formações identitárias avança ao reconhecermos um outro lado do processo de fragmentação e descentramento das definições velhas. Benhabib (1999) argumenta que a narrativa a respeito das identidades, ao pressupor a normatividade de uma situação democrática e de liberdade, pode não visualizar um manejo das narrativas tradicionais, dessa vez, operadas pelos movimentos autoritários e que tentam resistir propondo identidades rígidas ao *Outro* (BENHABIB, 1999).

O desafio na nova constelação é o seguinte: pode haver relatos coerentes de identidade individual e coletiva que não caiam na xenofobia, intolerância, paranoia e agressão contra os outros? A busca por coerência pode ser compatível com a manutenção de limites fluidos do ego? Pode a tentativa de gerar significado ser acompanhada e apreciada do sem sentido, do absurdo e dos limites da discursividade? E finalmente, podemos estabelecer a justiça e a solidariedade em casa sem nos voltarmos para nós mesmos, sem fechar nossas fronteiras às necessidades e clamores dos outros? Como serão as identidades coletivas democráticas no século da globalização? (BENHABIB, 1999, p. 355).

A questão da democracia parece sugerir uma outra agenda de pesquisa, dessa vez, que alie o programa das identidades descentradas, mas que vincule esse programa a uma discussão mais abrangente sobre direito e reconhecimento. É o que transparece na citação anterior de Benhabib, pois ela demonstra que a partir do exemplo dos imigrantes, a forma como os poderes de soberania dos Estados-Nação, ainda operam no mundo globalizado utilizando da dimensão repressiva permitida pelo ideal de nacionalidade. As fronteiras que se dispõem abertas para aos mercados, porém, no que diz respeito às pessoas, a depender de sua nacionalidade, permanecem fechadas e, inclusive, interditas no sentido aos direitos fundamentais.

A necessidade de uma agenda de pesquisa que vincule a questão da identidade com um programa de pesquisa enfático de democracia e reconhecimento, talvez, possa ter com Honneth uma ponte de articulação entre a dimensão da identificação e o caráter

Pressupostos para uma crítica do conceito de identidade nacional – Wanderson Barbosa dos Santos – p. 180-211

normativo de uma noção de liberdade. Imigrantes, residentes temporários, sujeitos sem documentos são exilados em suas identidades nacionais. O reconhecimento acompanha a tensão entre a liberdade individualizada e a cooperação entre os sujeitos. Honneth (2009b) argumenta que a justiça social ocorre em resultado dos conflitos por reconhecimento entre os sujeitos, por exemplo, na definição de cidadania, produz em seu panorama uma concepção de princípios normativos de justiça a serem implementados de forma universalizada.

Como teoria normativa, Honneth (2009a) advoga que as situações de desrespeito são os motores para existência de conflitos sociais que, em contrapartida, têm no reconhecimento recíproco, isto é, intersubjetivo, uma alternativa para compreensão das lutas por reconhecimento institucionalizadas que garantiriam a liberdade. Em outras palavras, um comportamento praticado intersubjetivamente de respeito que sustentaria uma situação de liberdade plena, sendo essa sociedade resultado das lutas pelo reconhecimento de identidades particulares legitimado num sistema de relações jurídicas (HONNETH, 2009a).

Honneth (2009b) sintetiza essa pretensão no texto *A textura da justiça* ao sugerir a necessidade de um programa de pesquisa que una os contornos dos novos dados empíricos sobre as identidades e uma teoria da justiça:

É esta coincidência empírica que dá à teoria da justiça aqui esboçada a esperança de poder diminuir novamente o abismo em direção à práxis política. Sua tarefa seria colocar diante de nossos olhos todas as condições institucionais, materiais e legais que atualmente precisariam estar cumpridas para que as diferentes esferas sociais efetivamente pudessem fazer jus às normas de reconhecimento a elas subjacentes; com o objetivo de fomentar a autonomia individual, ela não apenas deveria defender em relações jurídicas democráticas o princípio da igualdade deliberativa, em relações familiares o princípio da justiça das necessidades e nas relações sociais de trabalho o princípio da justiça do desempenho, mas exigir também a inclusão de todos os sujeitos nestas relações de reconhecimento. (HONNETH, 2009b, p. 365-366).

Percorrida a reflexão, tomando aqui um caminho de reconstrução teórica das reflexões sobre os conceitos de nação, globalização e identidade nacional, podemos visualizar alguns contornos das transformações dos conceitos nas últimas décadas e, para além disso, visualizamos os programas de pesquisas dedicados à compreensão do

Pressupostos para uma crítica do conceito de identidade nacional – Wanderson Barbosa dos Santos – p. 180-211

fenômeno. A imagem da crise das identidades nacionais parece ser verdadeira, pois de fato ela pareceu da década de 1990 até aqui questionada por todos os lados. No entanto, como dissemos, o processo de crise e crítica não sinaliza para um contexto de Estados sem nações ou de nações sem nacionalismos. O sentimento evocado pelas identificações nacionais, em sua concretude, ainda informa os cenários culturais, sociais e, inclusive, os políticos contemporâneos. Ao contrário de um conceito vazio, isto é, vazio de significados, a questão da identidade nacional demonstra ainda preencher uma objetividade absolutamente manipulável nas sociedades atuais. Basta lembrarmos da influência dos nacionalismos no interior dos processos eleitorais das democracias liberais ocidentais.

Robert Kurz (1992) evoca a ideia de *nacionalismo terciário* ao comentar os desdobramentos do discurso do *one world* do mundo globalizado. O nacionalismo, longe do seu desaparecimento, começa a informar sentimentos de oposição internamente ao Estado-Nação, que na leitura do autor, estariam a serviço de uma ordem global de reorientação dos mercados:

O nacionalismo terciário é, portanto, um pseudonacionalismo étnico que nada na contracorrente dos seus predecessores. Ele é um produto do desespero que assola a população das economias em desagregação do mercado mundial totalizado. A globalização economicista do *One world* e o nacionalismo terciário mantêm entre si uma relação de implicação recíproca. (KURZ, 1992, p. 61).

Ao que tudo indica até o momento, o nacionalismo continuará modelando, inclusive, na política formas de ação e de representação, em especial em situações de conflitos sociais em que claramente se pode definir o *Nós* dos *Outros*. Mesmo assim, como ideal imutável de moldura da nação, os desdobramentos da economia de mercado global, o papel da crítica às narrativas fundadoras e a reivindicação por outras vozes na ampliação dos discursos sobre a nação, mostram-se como questionamento decisivos.

A aura naturalizada da nação como construção imutável perdeu força, porém, reconhecer isso não significa se aliar às reflexões que indicam seu esfacelamento completo. Novas vozes clamam por seu lugar e reordenamentos globalizantes e ditam um cenário de crítica às concepções mais arraigadas sobre a nacionalidade. Ao longo do ensaio procurou-se destacar esta ideia. A globalização, o revisionismo histórico e os

sujeitos pós-modernos são os sintomas para uma nova agenda de investigação sobre a questão nacional. Evidentemente, não se trata de negar a importância de todos os debates anteriormente citados, uma vez que a condição uníssona tradicional parece não mais se sustentar, numa situação democrática é claro, sem incorporar os anseios pela diversidade. Vimos ao longo do ensaio o movimento contrário, isto é, a contribuição das três dimensões da crítica para a consolidação de uma nação mais representativa.

Em conclusão, parece adequado enfatizar as palavras de Renato Ortiz em *Universalismo e diversidade*:

Entretanto, na situação atual, a conjunção entre nação e modernidade se cinde, a modernidade-mundo transborda as fronteiras do nacional. Se até então a nação era considerada espaço privilegiado dos valores universais, ela torna-se agora, apenas uma ‘diferença’, um ‘local’ no âmbito planetário. No fundo, o falso dilema sobre o ‘fim do Estado-Nação’ encobria esta evidência: sua desclassificação de uma posição hierárquica inquestionável. (ORTIZ, 2015, p. 29).

Na esteira da reflexão deste ensaio, o conceito de identidade nacional evidencia o movimento de questionamento das grandes narrativas e velhas identidades. No entanto, como molde da vida social a nação não perdeu sua vitalidade. Seu desafio na contemporaneidade é se adaptar ao cenário social que reivindica a diversidade de narrativas, identidades e memórias, porém, garantindo uma síntese de discurso comum de unidade social. O redesenho nacional, em uma situação especulativa, parece caminhar para uma pluralização no interior dos seus próprios discursos. Todavia, o que no plano de uma identidade individual parece totalmente plausível, no plano de uma identidade coletiva se mostra de difícil realização. O hiato entre nação e nações, em tese, deixa de lado as características unificadoras de solidariedade social somente compartilhada por “comunidades imaginadas” que possuem interesse de compartilhar uma história de vida comum. Do ponto de vista crítico, alguns grupos ligados à conservação parecem ter mais facilidade na negociação política dos sentimentos da nação, justamente, por ou mitigarem ou tornarem secundárias as diferenças em prol de uma “identidade comum”, mas esse manejo político parece também ter uma limitação, uma vez que a condição disruptiva das outras leituras da nação não parecem ser facilmente cerceada, pois tornou-se um modo de

identificar-se no mundo. Talvez o próximo passo seja pensar como na vida cotidiana a nação foi ressignificada e pluralizada a partir de outras paisagens de identificação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANTONIOU, Giorgos. The lost Atlantis of objectivity: the revisionist struggles between the academic and public spheres. **History and Theory**, Wesleyan University, Middletown, v. 46, n. 4, p. 92-112, dez. 2007.

AVILA, Arthur de Lima. A história em tempos de guerras culturais: o passado do oeste norte-americano e a luta pública para definir a América nas décadas de 1980 e 1990. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 18, n. 33, p. 243-20, jul. 2011.

BENHABIB, Seyla. **The Generalized and the Concrete Other**. The Kohlberg-Gilligan Controversy and Moral Theory. *Autonomy, Feminism and Postmodernism*. 1985.

BENHABIB, Seyla. Sexual difference and collective identities: the new global constellation. **Signs: Journal of Women in Culture and Society, Boston**, Northeastern University, v. 24, n. 2, p. 335-361, 1999.

BENHABIB, Seyla. **The rights of others**: Aliens, residents and citizens. Conference on “Migrants, nations and Citizenship.” Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. *In*: BENJAMIN, Walter. **Magia, técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. *In*: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000 [1993].

CASTELLS, Manuel. Paraísos comunais: identidades e significado na sociedade em rede. *In*: CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**: a era da informação. 9 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

SANTOS, Boaventura de Souza. Os processos de globalização. *In*: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. Globalização e crise do Estado Nacional. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 40, n. 2, p. 38-50, 2000.

FUKUYAMA, Francis. The end of History? **The National Interest**, n. 16, p. 3-18, 1989.

Pressupostos para uma crítica do conceito de identidade nacional – Wanderson Barbosa dos Santos – p. 180-211

FURTADO, Celso. Globalização das estruturas econômicas e identidade nacional. **Estudos avançados**. São Paulo, v. 6, n. 16, p. 55-64, 1992.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2019 [1992].

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? *In*: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Editora Vozes, 2014 [1996].

HOBBSAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2009a.

HONNETH, Axel. A textura da justiça – sobre os limites do procedimentalismo contemporâneo. **Revista Civitas**. Porto Alegre, v. 9, n. 3, p. 345-368, set./dez. 2009b.

IANNI, Octavio. Globalização: novo paradigma das ciências sociais. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 8, n. 21, p. 147-163, mai./ago.1994.

IANNI, Octavio. O Estado-Nação na época da globalização. **Revista Novos Rumos**. Marília, ano 14, n. 31, p. 18-24, 1999.

KURZ, Robert. One World e nacionalismo terciário. *In*: KURZ, Robert. **Os últimos combates**. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 53-66.

LANDER, Edgardo. Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. *In*: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

MIGNOLO, Walter. The allocation and relocation of identities: Colonialism, Nationalism, Transnationalism. **Mester**, Los Angeles, v. 27, n. 1, p. 1-16, 1998.

ORTIZ, Renato. A polissemia das palavras. *In*: ORTIZ, Renato. **Universalismo e diversidade**: contradições da modernidade-mundo. São Paulo: Boitempo, 2015.

RENAN, Ernest. Que é uma nação?. Tradução: Samuel Titan Junior. **Plural: Revista de Ciências Sociais (USP)**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 154-175, 1997 [1882].

RICUPERO, Rubens. A resiliência do Estado Nacional diante da Globalização. **Estudos Avançados**, v. 22, n. 62, p. 129-144, 2008.

Recebido em: 30/11/2020 Aprovado em: 15/02/2021
--